

EDUCAÇÃO INFANTIL E CURRÍCULO NO BRASIL: ENTRE DOCUMENTOS E PRÁTICAS

Jaqueline Aparecida da Silva Rodrigues,
UFMS/CPTL,
jaquelineapserra@gmail.com

Ione da Silva Cunha Nogueira,
UFMS/CPTL,
ionescnogueira@gmail.com

RESUMO

Atualmente a definição curricular da Educação Infantil no Brasil, é regida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), que apresenta propostas a todos os níveis de ensino, inclusive para a Educação Infantil. Esse trabalho é o relato de uma pesquisa em desenvolvimento que tem como objetivo analisar os aspectos curriculares do desenvolvimento do trabalho educativo de Educação Infantil no município de Três Lagoas/MS/Brasil, bem como as concepções teóricas que a orientam. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental que busca, a partir da leitura e análise da legislação e dos principais documentos de Educação Infantil, bem como de autores que discutam o assunto, compreender o embasamento conceitual presente na proposta curricular de Educação Infantil brasileira e a maneira como os indivíduos dele se apropriam, tomando como ponto de análise a Educação Infantil ofertada no Município de Três Lagoas/ MS.

Palavras-chave: Educação Infantil; Infância; Municípios.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal nº 9394/1996 - LDB), a Educação Infantil passa a ser reconhecida como primeira etapa da Educação Básica. Importante reconhecimento, pois durante muito tempo a educação da criança pequena foi considerada responsabilidade das famílias e o cuidado oferecido pelas instituições existentes se limitava à um atendimento quase que exclusivamente assistencialista às famílias pobres como meio de atender suas necessidades de pais e mães trabalhadores.

No artigo 29 da LDB(BRASIL, 2009), lemos que esse nível educacional deve ter como objetivo o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos de idade. O que implica pensar em todos os aspectos desse desenvolvimento que o mesmo artigo indica como: físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

Por outro lado, é importante considerar a definição de criança dada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2009 - DCNEIs) como “Sujeito histórico e de direitos”. O que significa dizer que não é possível pensar em criança de maneira descontextualizada da sociedade e do tempo em que vive. Deve ser vista e pensada como alguém que já possui direitos. Não é um “vir a ser” como se pensou durante muito tempo, que todo e qualquer aprendizado seria um preparo para o futuro e não uma necessidade real e imediata.

As DCNEIs também nos mostram que a criança constrói sua identidade pessoal e coletiva por meio das interações, relações e práticas cotidianas que vivencia. Utilizando-se do brincar, imaginar, fantasiar, desejar, aprender, observar, experimentar, narrar, questionar para construir sentidos sobre a natureza e a sociedade, para desse modo, produzir cultura. Não apenas recebe a cultura já produzida, mas contribui com sua produção. É a partir dessas questões que se mostra relevante identificar e reconhecer o que deve ser entendido como currículo na Educação Infantil.

De acordo com Bujes,(2001) o currículo na Educação Infantil deve ser visto como algo produtivo e interativo, não deve ser encarado como “aquilo que será transmitido aos alunos, ou a lista de conteúdos a serem ensinados”, mas sim o que é produzido ao haver interação entre crianças e professores. “Não é o conhecimento pré-existente que constitui o currículo, mas o conhecimento que é produzido na interação educacional.” (BUJES, 2001, p. 19)

É preciso, porém, ter claro que a educação é um processo político e desse modo, nenhum currículo jamais será neutro. Pensar o currículo inclui pensar em que tipo de instituição

educacional se pretende ter, qual a concepção de criança, de professor, de educação e de mundo. É a partir dessas questões que será possível planejar os modos de atuação e o que será trabalhado.

Com a nova projeção dada a esse nível de ensino pela Legislação, foi preciso ficar atento a suas especificidades, pois a Educação Infantil, por ser nível de ensino que atenda à criança bem pequena, possui características especiais. Conforme Bujes (2001), a Educação Infantil envolve dois processos que são complementares e indissociáveis: o cuidar e o educar. Isso ocorre, porque as crianças dessa faixa etária possuem necessidades de cuidados físicos relacionados à higiene, sono e alimentação, bem como necessitam de atenção, carinho e segurança.

Por outro lado, essa é uma fase em que as crianças estão descobrindo o mundo que as cerca e necessitam de respostas a seus questionamentos muito comuns nesse momento da vida. É na interação com as outras pessoas que elas começam a atribuir significado a tudo que está à sua volta. A autora nos mostra que é por meio desse processo que a criança começa a participar de uma experiência cultural que é própria de seu grupo social e que chamamos de educação.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), apesar de serem documentos que não são mais amplamente utilizados, durante muito tempo estiveram presentes nos planejamentos dos profissionais desse nível de ensino. Eles nos trazem a seguinte indicação o papel desse nível educacional no desenvolvimento das crianças:

a instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação. (BRASIL, 1998, p. 23)

Em outros trechos, os documentos demonstram que o cuidar e o educar na Educação Infantil estão completamente integrados e que não se deve hierarquizar os profissionais que trabalham com crianças, como se alguns tivessem mais importância do que outros, pois trabalhar com os pequenos desde bebês, também é tarefa pedagógica que demanda grande preparo e alto nível de profissionalismo.

As DCNs da EI, apontam como eixos norteadores do trabalho da Educação Infantil, as interações e a brincadeira, o que implica em considerar que todas as atividades realizadas nesse nível de ensino devem ter por base essas duas questões. Assim, levar as crianças a brincar e interagir deve ser a preocupação dos professores na Educação Infantil.

Desde a promulgação da LDB, a Educação Infantil tem sido alvo de estudos e discussões que geraram documentos oficiais e também alteração na legislação desse nível educacional. Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018 - BNCC) indica as últimas alterações a serem implementadas pelos Estados e Municípios no que se refere ao currículo da Educação Básica de um modo geral, mas também da Educação Infantil.

Desde 2014, com a implementação do Plano Nacional da Educação, tem sido discutida a implantação de uma Base Nacional Comum Curricular que propõe currículo para toda a Educação Básica, inclusive a Educação Infantil. Em 06 de março de 2018, os educadores brasileiros se debruçaram sobre a Base Nacional Comum Curricular, com foco na parte homologada do documento, correspondente às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com o objetivo de compreender sua implementação e impactos na educação básica brasileira. Em dezembro do mesmo ano, o ministro da Educação, homologou o documento da Base Nacional Comum Curricular para a etapa do Ensino Médio, aprovando assim, uma Base Curricular para toda a Educação Básica. A partir desse momento, iniciaram-se as discussões sobre os currículos em nível estadual e municipal.

Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, a partir da leitura e análise da legislação e dos principais documentos de Educação Infantil, bem como de autores que discutam o assunto que tem como principal objetivo, compreender o embasamento conceitual presente na proposta curricular de Educação Infantil brasileira e a maneira como os indivíduos dele se apropriam, tomando como ponto de análise a educação infantil ofertada no Município de Três Lagoas/ MS. A análise tem como fundamento a abordagem dialética, uma vez que pretende perceber os fenômenos por meio de sua ação recíproca, compreendendo a contradição a eles inerente e a mudança que é provocada na natureza e na sociedade por meio das concepções que servem como base para as propostas de currículo em questão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 14/09/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular** – Educação é a Base – Versão final, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 14/09/2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**, Vol. 1. Ministério da Educação e do Desporto - Secretaria de Educação Fundamental: 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 14/09/2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. 2009. Disponível em: <<https://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>. Acesso em 14/09/2009.

BUJES, M. I. E. Escola Infantil: Pra que te quero? In: CRAIDY, C. M. e KAERCHER, G. E. P. da Silva. **Educação Infantil – Pra quê te quero?** Porto Alegre/RS: ARTMED, 2001.